

ATA DE REUNIÃO

CT1 - Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática

DATA	HORÁRIO	LOCAL
28/03/2024	9h00 às 10h30	Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF.

ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de 2024, às nove horas, no Banco do Brasil - Sede I, Brasília - DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática (CT1) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE.

A reunião supracitada foi coordenada pela senhora Flavia Regina Britto Gonçalves (Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração/DREI – MEMP) - coordenadora governamental do CT1 e pelo senhor Mauro Leônidas (Conselho Federal de Administração - CFA) – coordenador privado do CT1.

DISCUSSÕES

Sr. Mauro Leônidas iniciou a reunião com as boas-vindas a todos os participantes e apresentou a sra. Flavia Britto, que saudou todos os participantes da reunião e agradeceu com satisfação a oportunidade de ter sido indicada como coordenadora governamental do CT1, representando o MEMP.

Sra. Flavia Britto fez uma apresentação sobre os seguintes tópicos: atualização de assuntos de reuniões anteriores do CT1, ações diretas e transversais da Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração, acompanhamento legislativo, dados estatísticos e projetos de desenvolvimento.

Neste sentido, foram prestadas as informações abaixo:

- ✓ Publicada a IN/DREI nº 1, de 24 de janeiro de 2024 - regulamentou a SPE, nos termos da LC nº 123/2006;
- ✓ Implementadas outras disposições importantes - adoção da assinatura GOV.BR nos documentos que tramitam nas juntas comerciais (assinatura digital mais acessível);
- ✓ Estudo que poderá simplificar e desburocratizar o registro, inclusive norma que poderá simplificar o registro de sociedades cooperativas;
- ✓ AS MPEs já contam com societárias mais simplificadas;

- ✓ **CAPACITAÇÃO - INPI:** material explicativo e orientativo para registro de marcas, desenho industrial e patentes - oficial Juntas Comerciais, conselhos e órgãos de classe (signos protegidos pela Constituição Federal - artigo 50, inciso XXIX).
- ✓ **PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES DE CONHECIMENTO (Conselho Federal de Administração - CFA)**
 - Capacitar Administradores em práticas gerenciais voltadas ao fortalecimento de micro e pequenos negócios (MPEs), em benefício da sociedade;
 - Divulgar a Rede Nacional de Administradores como agentes multiplicadores de conhecimentos de gestão em MPEs; e
 - Contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas à Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- ✓ **INOVA SIMPLES -** Regime especial simplificado de empresas de inovação para estimular a criação, formalização, desenvolvimento e consolidação das iniciativas empresariais inovadoras como agentes indutores de avanços tecnológicos.
 - Portal evoluiu para os atos de alteração e baixa; e
 - Cartilha orientativa acerca do tipo jurídico (ação conjunta com o SEBRAE)
- ✓ **SIMPLIFICAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO - REDESIM**
 - Análise para a adoção de um sistema único nacional de registro e legalização de pessoas jurídicas, o qual terá a finalidade de unificar e desburocratizar, em consonância com a REDESIM;
 - Licenciamento - em fase de ajuste do plano de trabalho para definição de ações voltadas à redução dos prazos e adoção das normas de risco da atividade pelos órgãos licenciadores (estaduais e municipais); e
 - Programa de Conformidade nas Juntas Comerciais (órgãos locais) - uniformização de procedimentos, decisões e cumprimento de normas legais atuação efetiva do DREI como órgão central do SINREM.
- ✓ **Dados estatísticos atualizados:** 19,7 milhões MPEs ativas (dados de jan/24 - Mapa de Empresas), 349 mil empresas abertas em fevereiro de 2024 (dados de fev/2024 - Mapa de Empresas), Inova Simples - 2.783 mil (Mapa de Empresas 2021-2024) e tempo médio de abertura de 21 horas (viabilidade + registro dados nacionais - Mapa de Empresas).
- ✓ **ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO:** propostas legislativas - DREI manifestou-se oficialmente em quinze projetos de lei relacionados às MPEs
 - PL nº 635/2023 - instituído com o objetivo de incentivar o empreendedorismo e a criação de novos negócios no Brasil por meio do Programa Minha Primeira Empresa (Prompe), que tem como foco oferecer capacitação e acesso ao crédito em condições especiais para potenciais empreendedores que desejam abrir sua primeira empresa.

Fases do Projeto Minha Primeira Empresa

 1. Diagnóstico identificar o perfil do empreendedor, depois cursos, palestras sobre empreendedorismo, formação de planos de negócios, orientação de gestão empresarial, gestão tecnológica e acesso ao crédito
 2. Elaboração do plano de negócios do candidato
 3. Gestão do negócio
 4. Acesso à linha de crédito
 5. Abertura da primeira empresa - exigência de cumprimento das etapas anteriores

6. Orientação e acompanhamento por 2 anos após a implantação do negócio por profissionais qualificados.

- Projeto de Lei Complementar nº 87/2023: altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para permitir descontos nas alíquotas de impostos devidos por empresas recém-criadas, visando a incentivar o empreendedorismo e à formalização de empresas já existentes.

- Projeto de Lei Complementar nº 202/2021: altera a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019 que instituiu a Empresa Simples de Crédito.

- Projeto de Lei Complementar nº 20/2023: altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer as fontes de recursos que especifica para o financiamento do micro e pequeno empresário nacional.

- Projeto de Lei Complementar nº 172/2023: altera os arts. 18-A e 18-E da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir ao produtor rural associado às cooperativas agropecuárias a inscrição como Microempreendedor Individual MEI; para facultar ao empreendedor que exerça a atividade de prestação de serviços no âmbito rural a utilização de equipamentos próprios ou de terceiros na realização do serviço; e para estabelecer reajuste anual, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no limite de valor de receita bruta para enquadramento como MEI.

- Projeto de Lei Complementar nº 223/2023: dispõe sobre a prorrogação do prazo para o recolhimento de impostos para as MPEs, em situação de decretação de estado de calamidade pública estadual ou distrital.

- Projeto de Lei nº 678/2019: institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

- Projeto de Lei nº 6.603/2016: altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, com o objetivo de determinar a impenhorabilidade do imóvel onde funciona a empresa individual, a micro e pequena empresa.

- Projeto de Lei nº 5.791/2023: dispõe sobre a religação de unidade consumidora, em especial do MEI, da MPE, que teve o fornecimento de Energia Elétrica suspenso por inadimplência momentânea, na forma do regulamento.

- Projeto de Lei Complementar nº 127/2021: altera a Lei Complementar nº 123/2006, com o objetivo de retirar a obrigatoriedade da adoção de sublimite do Simples Nacional, de R\$ 3.600.000,00, para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS, para os Estados cuja participação no PIB brasileiro seja maior do que 1% ou para aqueles que não tenham adotado o sublimite de receita bruta anual de R\$ 1.800.000,00.

Sra. Flavia Britto e sr. Mauro Leônidas apresentaram as seguintes propostas de medidas prioritárias do CT1 para 2024, com as quais os participantes da reunião concordaram:

- ✓ Acompanhamento de projetos de lei;
- ✓ Definição de portal nacional para o registro e legalização de pessoas jurídicas;
- ✓ Reestudo e novas edições das normas do DREI;
- ✓ Redução dos prazos de licenciamento;
- ✓ Ampliar capacitação para os territórios mais distantes dos grandes centros - aplicação de políticas públicas; e
- ✓ Retomar e fortalecer medidas de capacitação dos pequenos negócios.

ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a sra. Flavia Britto agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

ATA DE REUNIÃO

CT2 - Comitê Temático de Acesso a Mercados

DATA	HORÁRIO	LOCAL
27/03/2024	9h00 às 10h40	Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF.

ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de 2024, às nove horas, no Banco do Brasil - Sede I, Brasília - DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião do Comitê Temático de Acesso a Mercados (CT2) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE.

A reunião supracitada foi coordenada pelos senhores Igor Isquierdo Celeste - Apex Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) - coordenador governamental do CT2 e Antônio Sérgio Pires Miletto – ALAMPYME BR (Associação Latino-americana de Micro, Pequenas e Medias Empresas) – coordenador privado do CT2.

DISCUSSÕES

Sr. Igor Celeste iniciou a reunião com as boas-vindas a todos os participantes, desejou ótimo trabalho e apresentou o sr. Sérgio Miletto que saudou todos os participantes da reunião e ressaltou o propósito de melhorar a participação das MPEs nas exportações do país e facilitar o acesso ao mercado das compras públicas, no qual já há experiências exitosas muito importantes. Também elogiou o esforço de articulação do MEMP que culminou na importante indicação de um colaborador da Apex como o novo coordenador governamental do CT2.

Sr. Igor Celeste fez referência aos desafios na promoção de exportações das MPEs brasileiras e à vocação da Apex neste contexto. Falou que é possível aumentar a representatividade das MPEs nas exportações brasileiras, não só na quantidade de empresas, mas no valor exportado também. Hoje aproximadamente 50% das empresas atendidas pela agência são MPEs. Dado de 2022 mostra 11.413 MPEs exportadoras, representando cerca de 2/5 de todas as exportadoras brasileiras e 40% do total da quantidade de empresas engajadas na exportação de bens no Brasil. A evolução do número de empresas MPEs exportadoras foi muito grande, em 2018 existiam quase 7.000 empresas. As MPEs do setor de serviços são muito relevantes, mas não estão incluídas nestes números. Informou que o comércio Internacional de serviços cresce de uma forma

superior ao comércio Internacional de bens e isso mostra a importância de destacar o referido setor na agenda de ações do CT2.

Sra. Rafaella Paulinelli (Apex) mencionou que atua na coordenação de competitividade da Apex com iniciativas de negócios para inserir as empresas que não exportam no processo exportador, trabalhando a parte da sensibilização e da qualificação voltada para a inserção Internacional das empresas. Informou que a Apex e o MEMP estão negociando um instrumento de cooperação para estimular a participação do artesanato brasileiro nas missões internacionais. Fez comentários sobre o Programa Mulheres e Negócios Internacionais da Apex e concluiu sua fala afirmando que a empresa exportadora é mais inovadora, competitiva e paga melhores salários, ajudando o desenvolvimento econômico e social do país.

Sr. Igor Celeste argumentou que a evolução da quantidade de MPEs engajadas no comércio Internacional foi impactada positivamente, dentre outras causas, pelo e-commerce, o qual deve ser enfatizado nas discussões do CT2 pois se trata de um novo canal de comercialização para os MEIs e MPEs, por meio do envio de pequenas quantidades para clientes do exterior, seja na forma Business to Business (B2B) ou Business to Consumer (B2C). Há oportunidades para serem exploradas, inclusive pela Apex que tem algumas iniciativas de aceleração das MPEs junto à marketplaces internacionais, via parcerias com Alibaba, Amazon, eBay e um projeto em discussão com a Shopee para conseguir abrir esses canais digitais de comercialização das MPEs no mercado Internacional. Existe um grande desafio a ser vencido quando se olha para as exportações das MPEs que representam apenas cerca de 1% do valor total exportado pelo Brasil. Em 2022, os pequenos negócios exportaram 3,2 bilhões de dólares. Diante da proeminência de commodities de grande valor que são transacionados com o exterior em volumes gigantescos, como é o caso da soja, petróleo, minério e celulose, entende-se que é difícil as MPEs terem grande representatividade no valor exportado pelo Brasil, mas há setores já mapeados pela Apex com potencial de aumentar suas exportações, como alimentos e bebidas, muito relacionado ao pujante agronegócio nacional, moda, higiene pessoal, cosméticos. No setor de serviços também há oportunidades, por exemplo, em tecnologia da informação, games. Estes setores geralmente são muito relevantes para MEIs e MPEs e há muita demanda pelos respectivos produtos e serviços no mercado Internacional. Lembrou outros setores com potencial exportador e que têm MPEs na sua cadeia produtiva, como máquinas/equipamentos e casa e construção - rochas ornamentais, revestimento cerâmicos, móveis. Observou a concentração das exportações, a partir dos estados das regiões sul e sudeste, e recomendou avaliar ações para fomentar as exportações das regiões centro-oeste, nordeste e norte, a qual tem vocação para bioeconomia e relação muito grande com a sustentabilidade sócio-ambiental. Outra iniciativa destacada foi a Política Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), focada na inserção das empresas brasileiras no comércio exterior e liderada pelo MDIC em parceria com o MAPA, MDA, MRE, Apex e Sebrae, dentre outros atores. No seu entendimento o MEMP também deve participar das discussões sobre a PNCE. Comentou que dados do IBGE mostraram que 10% dos empregos formais da economia brasileira são gerados pelas 29 mil empresas exportadoras e que, considerando que estas representam apenas 1% do total de empresas, o crescimento do número de empresas exportadoras provocaria um aumento significativo de empregos qualificados no país. Ressaltou que o Programa de Qualificação para Exportação – PEIEX qualifica/capacita as empresas brasileiras para o processo exportador por meio de vários elementos de aprendizagem, como a definição dos países compradores, logística de exportação, despacho aduaneiro, câmbio, que ajudam a inserção das empresas no mercado Internacional. Entre 2021 e 2024, a Apex atendeu 5 mil empresas no PEIEX, sendo 60% MPEs. Informou que a Apex trabalha cerca de 400 ações anuais de fomento de promoção comercial, realização e participação em feiras

internacionais (mais de 50 projetos setoriais). Outro programa importante da Apex é o Exporta Mais Brasil que promove reuniões de negócio entre empresas de diferentes setores produtivos e compradores internacionais, que vêm ao Brasil em busca de produtos e serviços ligados a setores específicos. Os encontros ocorrem inclusive em regiões mais remotas do interior do Brasil (o calendário dos eventos será compartilhado com o CT2). Abordou a atuação da Apex no eixo atração de investimentos. Apresentou proposta para dividir o CT2 em dois subcomitês, um mais dedicado ao mercado doméstico e o outro, ao mercado Internacional.

Sra. Adriana Cordeiro (Conampe) apresentou-se como coordenadora de internacionalização da Conampe e comentou que a quantidade de demandas da internacionalização para MPEs é muito grande e propôs a retomada das discussões do grupo de trabalho do CT2 que já estava trabalhando exclusivamente na questão da internacionalização. Destacou os temas artesanato e mulheres.

Sr. José Ramalho (Associação Brasileira de Franqueados) sugeriu que os parques tecnológicos brasileiros participem do processo de internacionalização das MPEs (a maioria das empresas incubadas nestes parques são pequenos negócios). Observou que o parque tecnológico de São José dos Campos é um dos cinco maiores do mundo. Devido a transversalidade dos temas que são tratados pelos sete comitês temáticos, melhorar a governança e a integração dos mesmos é um grande desafio.

Sr. Sérgio Miletto lembrou que a agenda do CT2 sempre foi trabalhar as compras públicas com uma formação também para exportação. Mencionou as experiências concretas no setor da moda, como o projeto da prefeitura de São Paulo que já comprou mais de 1,5 milhão de kits de uniformes produzidas por costureiras (MEIs) da periferia da cidade. A iniciativa permitiu que estas mulheres lançassem uma coleção de moda que foi exportada. Isto é uma experiência muito importante de como a compra pública, aliada à formação para a exportação, pode ajudar a aumentar o volume exportado pelos pequenos negócios. Observou que na América Latina e Caribe existe um grande mercado consumidor (670 milhões de pessoas) e há potencial enorme de crescer as exportações das MPEs para estas regiões, não ficar muito focado somente no hemisfério norte ou na Ásia para exportar. Elogiou a ideia da aproximação com os parques tecnológicos. Propôs, além das feiras internacionais, a criação da Casa Brasil nos principais centros e capitais do país, locais para apresentar a nossa cultura e os nossos produtos. Apresentou, para reflexão do CT2, a sugestão para que toda a compra pública, inclusive aquelas feitas pelo sistema S (Sebrae, notadamente), exército, estatais, etc, seja feita das MPEs, como ocorre nos Estados Unidos e em outros países. Somente se compraria da grande empresa aqueles produtos que as MPEs não vendem ou dispõem. Isso significaria que o licitador teria que justificar sempre que a compra pública tivesse que ser feita de uma grande empresa. Demonstrou preocupação com a possível falência de pequenas e médias empresas da cadeia de autopeças se os carros elétricos dominarem o mercado local. Na região de São José dos Campos-SP, a estimativa é que vão desaparecer 38 mil empregos na área de autopeças. Informou que a Alampyme apoia as sugestões apresentadas anteriormente pela sra. Adriana Cordeiro (Conampe).

Sr. Igor Celeste informou que a Apex está elaborando um painel de compras governamentais (painel de inteligência) para apontar oportunidades de compras públicas nos outros países, especialmente os latino-americanos, mostrando a demanda de compra pública de cada um dos países e inclusive a instituição que está liderando cada compra. Hoje a Apex já tem o mapa de oportunidades para o mercado Internacional, que é um painel que mostra quais são os melhores países para a exportação de um determinado produto.

Sr. Sérgio Miletto falou que o painel de compras governamentais da Apex é muito bem-vindo. Frisou que o segmento de MPEs deve ter uma participação ativa, junto com o MRE, MDIC e MEMP, nas negociações de acordos internacionais com países, notadamente, da União Europeia e do Mercosul e defendeu um olhar especial para as discussões sobre compras governamentais para estabelecer um cronograma de longo prazo de abertura lenta e bem gradual às empresas europeias concorrerem em licitações para compras do governo brasileiro pois as MPEs locais devem ter preferências nas compras governamentais, caso contrário, serão prejudicadas. Lembrou que a Europa possui um programa líder com 150 bilhões de euros a fundo perdido para apoiar as MPEs daquele bloco por meio de dois grandes fundos de desenvolvimento regional, um deles é o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder).

Sr. Ivan Lemos Tonet (Sebrae), no âmbito dos temas da internacionalização e das compras públicas, abordados nesta reunião, destacou o trabalho do Sebrae na digitalização do pequeno negócio para atuar no Brasil e no exterior, que tem relação com o “comércio transfronteiriço” (cross border) e com um olhar também do próprio mercado nacional, das relações entre empresas. Mencionou que o Sebrae é operador de algumas iniciativas do PEIEX mas também tem programas estaduais de preparação dos pequenos negócios, da “porta para dentro”, para potencializar as exportações, em parceria com a Apex, com os Correios e com outras instituições. Informou que a atuação do Sebrae alinha-se com vários assuntos abordados pelos participantes desta reunião: preparação de artesãos para vender dentro e fora do Brasil, parceria com o centro de inovação (convênio com a Embrapii) que disponibiliza desenvolvimento tecnológico para pequenos negócios, fornecedores de tecnologia de serviços (tradução de um catálogo, criação de presença digital por uma loja virtual, por exemplo), certificações técnicas necessárias para exportar ou mercado local, preparação das MPEs para compras públicas (além da preparação da empresa para que ela possa se habilitar ao processo, ocorrem articulações com gestores municipais, estaduais e federais que atuam nas compras públicas, facilitadas pela capilaridade em todo o país do Sebrae), inserção das MPEs em marketplaces, apoio ao desenvolvimento e expansão de franquias para os mercados interno e externo. Colocou o Sebrae à disposição para colaborar nos trabalhos do CT2.

Sr. Fernando Martins (Conampe) apoiou a proposta de segregação do CT2 em dois subcomitês. Ressaltou a importância de constar na agenda do CT2 o tema do acesso ao mercado para as MPEs do setor de serviços, considerando que hoje o maior número de abertura de empresas concentra-se neste setor que tem uma elevada participação no PIB e uma forte presença de pequenos negócios. Sugeriu estudar mecanismos para incentivar o MEI produtor rural, possivelmente promovendo melhorias no capítulo da Lei Complementar nº 123/2006 que trata do tema. Mencionou as dificuldades dos MEIs participarem das compras públicas por falta de certidão negativa de fundo de garantia, falta de documentos contábil e gerencial do negócios, etc e que é importante discutir soluções, como uma modalidade diferenciada para viabilizar a participação dos MEI nas compras públicas (o limite do faturamento anual do MEI de 81 mil reais é muito baixo para atender as licitações de compras públicas). Recomendou que o CT2 avalie ajustes nas regras de vigilância sanitária que impedem a comercialização de determinados produtos de artesãos/MEIs.

Sr. Sérgio Miletto concordou com as colocações do sr. Fernando Martins e argumentou que o fortalecimento de entidades como a Conampe, Comicro e Alampyme pode colaborar para que os coletivos de MEIs (costureiras que fornecem uniformes para a prefeitura de São Paulo), associados a políticas de consórcios, possam acessar o mercado Internacional e que, por isso, falou que tem uma certa divergência com a proposta de separar as

tratativas do CT2 em dois subcomitês. O fortalecimento da atuação das MPEs no mercado nacional e o apoio às entidades que interagem e dialogam com a base de empreendedores ajudarão na inserção internacional destas empresas e na melhoria dos números da exportação.

Sr. Igor Celeste reconheceu o potencial do setor de serviços e informou que a Apex trabalha com 5 ou 6 segmentos de serviços, como promoção de exportações, tecnologia da informação, games, audiovisual, franquias, mas muitos outros segmentos podem ser evidenciados. Lembrou que o Brasil é muito deficitário no comércio exterior de serviços (não é competitivo o suficiente para não ser deficitário, diferente de bens que é superavitário).

Sr. Murilo Chaiben ressaltou que a governança dos comitês temáticos é muito importante e que os encontros quadrimestrais não são suficientes para efetivar as entregas e sugeriu a realização reuniões mensais para possibilitar discussões mais técnicas, pragmáticas e aprofundadas dentro de cada CT. Observou que, por exemplo, os assuntos trazidos pelo Sr. Fernando Martins, sobre o MEI, poderiam ser tratados no CT6, e que é preciso organizar as agendas para evitar sobreposição de trabalho entre os comitês.

Sr. Igor Celeste frisou que é necessário definir as ações prioritárias do CT2, identificar os problemas e encontrar as soluções por meio de um enfoque multi institucional.

Sr. Aristides Mossambani (Conampe) fez comentários sobre os pequenos negócios na cidade de Sarandi/PR que conta com 10 mil MEIs e 4 mil microempresas.

Sra. Adriana Cordeiro falou que tem interesse em avançar na questão da internacionalização voltada à liderança feminina e que a Conampe está realizando missões técnicas, sob liderança feminina, e que a próxima ocorrerá na Argentina.

Sr. Igor Celeste fez uma reflexão sobre a possibilidade de retirar o valor exportado do limite de faturamento anual do MEI.

Sr. Giovanni dos Santos Borges (AMIC Paraná - Associação de Micro e Pequenas Empresas e Conampe) reclamou que o processo de obtenção da certidão negativa do FGTS é muito burocratizado e gostaria que fosse encontrada uma solução digital para o problema.

Sra. Luciana Mancini (Assessoria de Assuntos Internacionais/ASINT-MEMP) comentou que a pauta de internacionalização das MPEs é muito densa e está presente em todos os principais foros internacionais, como OCDE, OMC, no âmbito latino-americano, Mercosul, em outros arranjos regionais. Informou que já foi elaborada uma minuta de MOU (memorando de entendimentos) entre MEMP e Apex para promover a promoção comercial e a internacionalização das MPEs, bem como que a participação do MEMP no comitê nacional responsável pela Política Nacional de Cultura Exportadora deve ser formalizada proximamente. Lembrou outras áreas que a ASINT-MEMP quer impulsionar: artesanato, startups, inovação, empreendedorismo feminino. Colocou-se à disposição para contribuir da melhor forma possível com a agenda do CT2.

Sr. Maurício Juvenal avaliou que o conteúdo tratado nesta reunião foi rico e focado em cerca de três campos de ações: internacionalização, exportação e compras públicas. Comentou que dos atuais 38 ministérios, pelo menos 20 têm alguma ação específica para microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI, e que neste

contexto, destacou o papel importante de articulação do MEMP para implementar estas ações de forma eficiente e coordenada para evitar a duplicidade de ações e o sobreamento de papéis. Recomendou evitar a abertura de muitas frentes de trabalho e solicitou o esforço do CT2 para perseguir duas ou três pautas prioritárias para sejam feitas as entregas que são possíveis. Nesta linha, informou que os gestores da sua equipe vão interagir com os participantes dos comitês temáticos para definir a agenda prioritária para 2024.

ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a serem tratados, o sr. Igor Celeste agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

ATA DE REUNIÃO

CT4 - Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito

DATA	HORÁRIO	LOCAL
27/03/2024	14h00 às 16h00	Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF.

ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de 2024, às quatorze horas, no Banco do Brasil - Sede I, Brasília - DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito (CT4) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE.

A reunião supracitada foi coordenada pelo senhor Murilo Machado Chaiben (Diretoria de Ambiente de Negócios, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – MEMP) - coordenador governamental do CT4. O senhor José Tarcísio da Silva (Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Comicro) – coordenador privado do CT4 - justificou a sua ausência antes na reunião.

DISCUSSÕES

Sr. Murilo Chaiben iniciou a reunião com as boas-vindas a todos os participantes e agradeceu com satisfação a oportunidade de ter sido indicado como coordenador governamental do CT4, representando o MEMP. Na sequência, observou que na parte final da reunião faria uma apresentação sobre a proposta de Agenda Prioritária 2024 do CT4, dentre outros assuntos.

Sr. Tiago Cabral Peroba (Departamento de Clientes e RI – BNDES) fez uma apresentação referente a atuação do BNDES no apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), cujas principais ações são elencadas abaixo:

- ✓ O apoio às MPMEs foi um dos principais focos do BNDES em 2023, em linha com o objetivo do banco de impulsionar o desenvolvimento do setor. O BNDES viabilizou R\$ 105,6 bilhões em apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em 2023 (crescimento de 50% em relação aos R\$ 70,3 bilhões de 2022). Desse total, R\$ 62,6 bilhões (R\$ 29,5 bi para MPEs e R\$ 32,5 bi para médias empresas) foram destinados a créditos e R\$ 43 bilhões a garantias (R\$ 9,6 bi para MPEs e R\$ 33,4 bi para médias empresas). As aprovações de crédito representaram um crescimento de 44% em relação a 2022;

- ✓ Número de operações MPMEs: 251 mil em 2022 e 390 mil (260 mil – créditos e 130 mil – garantias) em 2023 (crescimento de 55,6%);
- ✓ Modelo de atuação: operações diretas (financiamento > R\$ 20 milhões e faturamento > R\$ 80 milhões) e operações indiretas (realizadas por meio de mais de 80 Agentes Financeiros Credenciados com descentralização bancária e pulverização do crédito – atuação em 5.230 cidades/93% do país);
- ✓ Canal MPME: marketplace de crédito e outras soluções não-financeiras, que auxilia as MPMEs no desenvolvimento de seus negócios, por meio de educação financeira, ferramentas de gestão e acesso ao crédito. O objetivo é facilitar o acesso aos parceiros conectados, iniciando o processo de financiamento ou de aproximação com outros serviços. No Canal MPME é possível ainda encontrar o apoio de instituições como o Sebrae e a CNI.
- ✓ Principais soluções de crédito oferecidas pelo BNDES às MPEs:
 - BNDES CRÉDITO PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: empréstimo para micro, pequenas e médias empresas e para empresários individuais, visando à manutenção e/ou à geração de empregos, no limite de R\$ 20 milhões por ano.
 - PROCAPCRED: fortalecimento da estrutura patrimonial das cooperativas de crédito, por meio do financiamento aos cooperados para aquisição de cotas-parte.
 - FINAME BK: financiamento para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, bens de informática e automação, ônibus, caminhões e aeronaves executivas.
 - LINHAS DE CRÉDITO RURAL: apoio às atividades agropecuárias por meio da concessão de financiamentos para custeio e investimento.

Sr. Vinicius Poit (fundo Estímulo) informou, em sua apresentação, que o fundo Estímulo é modelado no conceito de *blended finance*, que une doações e investimentos de impacto, e oferece aos pequenos negócios um pacote completo para o empreendimento: crédito facilitado, educação personalizada e acesso a uma significativa rede de conexão, incluindo os maiores investidores do país. Atualmente, o fundo apoia apenas MPEs que tenham faturamento médio mensal entre R\$ 10 mil e R\$ 400 mil, e que não estejam enquadrados como MEI. Principais impactos: R\$ 206 milhões em apoio financeiro concedido (ticket médio de 58 mil reais por operação), 109 mil empreendedores inscritos na plataforma, mais de 3,5 mil empreendedores já receberam apoio financeiro, 89% das empresas impactadas encontram-se em regiões de baixa renda (C, D e E), 54% das empresas impactadas têm mulheres em seu quadro societário, geração de 36 mil empregos e 27% de crescimento anualizado das empresas impactadas. Há uma linha de financiamento para MPEs lideradas por mulheres, denominada Estímulo Mulheres. Os materiais e ferramentas de educação empreendedora podem ser acessados no site do fundo por qualquer empreendedor (não é preciso ter apoio financeiro aprovado). São disponibilizados centenas de cursos online, consultorias, materiais de apoio, mentorias e ferramentas gratuitas. O fundo têm parcerias com instituições de excelência, como FGV, Insper, Google, Meta, Aliança Empreendedora, co.liga digital, Rede Mulher Empreendedora, ActionCOACH, Sebrae, dentre outras.

Sra. Maria Aparecida Bogado (Núcleo de Acesso ao Crédito – NAC/ Confederação Nacional da Indústria -CNI) apresentou as linhas de financiamento à Nova Indústria Brasil – NIB (a nova política de desenvolvimento industrial do Governo Federal, especificando os instrumentos financeiros e não financeiros delineados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), com foco no desenvolvimento sustentável, investimentos em produtividade e inovação e comércio exterior. Os recursos foram organizados dentro do

Plano Mais Produção e serão geridos pelo BNDES, Finep e EMBRAPII: R\$ 300 bilhões até 2026 (R\$ 271 bilhões em recursos reembolsáveis, R\$ 21 bilhões em recursos não reembolsáveis e R\$ 8 bilhões em recursos para operações de Equity). No que tange o fortalecimento dos pequenos negócios, o Plano Mais Produção, em seu eixo “Indústria Mais Produtiva – Brasil Mais Produtivo (B+P)”, prevê o apoio à produtividade industrial, por meio de crédito, consultorias e outras ações de apoio às micro, pequenas e médias empresas. Ocorreu o detalhamento das informações referentes às linhas de crédito reembolsável incluídas no Nova Indústria Brasil, às linhas do Programa BNDES Mais Inovação, aos recursos não reembolsáveis concedidos pela Finep e EMBRAPII, aos recursos para apoiar as exportações, dentre outras.

Sr. Murilo Chaiben fez comentários sobre a importância da organização das informações sobre a grande variedade de linhas de crédito já disponíveis para os pequenos negócios, muitas delas apresentadas nesta reunião, para depois divulgá-las, com o apoio das instituições que participam do CT4, por diferentes canais, como o Portal do Empreendedor, de modo que as MPEs que estão na ponta possam usufruí-las da melhor forma possível para beneficiar os seus empreendimentos. Comentou sobre a proposta de agenda prioritária 2024 do CT4, disponibilizada inicialmente na reunião plenária do Fórum Permanente das MPEs ocorrida em dezembro de 2023 e baseada nos seguintes tópicos, os quais poderão ser ampliados ou ajustados a partir de contribuições dos membros deste comitê:

- ✓ Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - SNGC, instituído pelo Decreto nº 10.780/ 2021 nos termos do disposto no art. 60-A da Lei Complementar nº 123/2006; e
- ✓ Promover aperfeiçoamentos no Pronampe e no Peac FGI.

ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a serem tratados, o sr. Murilo Chaiben agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

ATA DE REUNIÃO

CT5 - Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora

DATA	HORÁRIO	LOCAL
27/03/2024	16h00 às 18h40	Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF.

ABERTURA

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de 2024, às dezesseis horas, no Banco do Brasil - Sede I, Brasília - DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião do Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora (CT5) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE.

A reunião supracitada foi coordenada pelos senhores Pierry Teza - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação (MEC) - coordenador governamental do CT5 e Hélio Rodrigues de Almeida – MONAMPE – Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa – coordenador privado do CT5.

DISCUSSÕES

Sr. Hélio Rodrigues iniciou a reunião com as boas-vindas a todos os participantes, na sequência apresentou o sr. Pierry Teza e elogiou o esforço de articulação do MEMP que culminou na importante indicação de um colaborador do MEC como o novo coordenador governamental do CT5.

Sr. Pierry Teza saudou todos os participantes da reunião e agradeceu com satisfação a oportunidade de ter sido indicado como coordenador governamental do CT5, representando o MEC.

Sr. Maurício Juvenal cumprimentou todos os participantes da reunião, destacando a sensibilidade demonstrada pelo MEC em relação à agenda inicial deste Comitê e também enalteceu a parceria do MEC em diversas ações transversais do governo federal, ressaltando sua importância e contribuição para o avanço conjunto de iniciativas estratégicas.

Sr. Pierry Teza comentou que a modalidade de educação profissional e tecnológica tem muitas interfaces com a própria formação empreendedora, não à toa que os cursos propostos pela Setec, de uma forma geral, consideram estas competências. Na Coordenação Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação/Setec, na qual

atua, destacou que quanto à inovação, há uma série de projetos na área de empreendedorismo, inclusive relacionados à formação empreendedora, não apenas ao incentivo do empreendimento. Os projetos dividem-se em três grandes eixos, sendo o primeiro a iniciação tecnológica, que são aqueles projetos voltados para os estudantes da educação básica para iniciá-los no mundo da educação profissional. O segundo eixo é pesquisa, desenvolvimento e inovação, que apoia os núcleos de inovação tecnológica, as agências de inovação e as pós-graduações, os programas e cursos de pós-graduações nas instituições de EPT (educação profissional técnica). O terceiro eixo, que é o eixo de empreendedorismo, com alguns projetos como o projeto no Espírito Santo de empreendedorismo inovador, os projetos no Instituto Federal de São Paulo, no Instituto Federal do Pará, no Instituto Federal do Ceará na área de tecnologia da informação para ajudar os estudantes a desenvolverem novos negócios, especificamente com base em aplicativos móveis. Ressaltou a retomada esse ano do Pronatec Empreender, pela Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica/MEC, com o lançamento de cinco cursos inicialmente, como o curso de desenvolvimento de aplicativos móveis e outro de gestão de pequenos negócios para estudantes da educação profissional e tecnológica, com algumas inovações, com a aplicação de uma metodologia baseada em projeto nestes cursos, segundo a qual os alunos já iniciam com um projeto prático. Estão previstas 1.500 vagas para cada um destes cursos, mas a tendência é que até o início de 2025, sejam lançados outros cursos, um baseado em indicações geográficas, outro baseado em bioeconomia e um direcionado aos alunos da educação profissional, baseado na criação de negócios inovadores, totalizando 7.500 vagas distribuídas no País. Lembrou que no âmbito específico da EPT, a formação empreendedora vincula-se a cursos já ofertados pelas instituições de ensino. Frisou que o MEC tem interesse em cooperar com o MEMP para viabilizar entregas do CT5.

Sra. Mariana Rodrigues (Aliança Empreendedora) compartilhou com os participantes da reunião informações sobre as principais entregas do CT5 em 2023 e o planejamento dos trabalhos para 2024. Destacou os seguintes assuntos abordados em 2023, dentre outros: levantamento dos participantes e organizações do CT5, por meio de formulário compartilhado; construção dos objetivos do CT5 em 2024; planejamento do calendário para 2024 e convite a instituições para apresentações de seus respectivos projetos e programas na pauta de formação e capacitação empreendedora. Mencionou as seguintes apresentações realizadas em 2023, como espaço de fomento e potencialização de iniciativas de formação e capacitação empreendedora:

- ✓ Aliança Empreendedora: instituição que tem o objetivo de capacitar e apoiar microempreendedores formais e informais em vulnerabilidade econômica de todo o Brasil.
- ✓ Projeto Todas Elas, Fundação Assis Chateaubriand: o projeto tem o objetivo de promover um ambiente empreendedor mais inclusivo e equitativo, demonstrando o grande potencial que o empreendedorismo feminino tem no Brasil.
- ✓ APEX: programas que envolvem a temática de formação e capacitação empreendedora - Programa de Qualificação para Exportação e o projeto Mulheres e Negócios Internacionais.

Na sequência dos seus comentários, a sra. Mariana apresentou proposta das principais ações do CT5 para 2024:

- ✓ Ser um espaço para potencializar as iniciativas, governamentais ou não, voltadas à promoção do comportamento empreendedor e técnicas de gestão.
- ✓ Identificar, analisar e propor medidas para ampliar as oportunidades de capacitação para as micro e pequenas empresas: política nacional, Capacita MEI, Portal Gov, seminários, oficinas.

- ✓ Apoiar a Política Nacional no sentido de identificar oportunidades que possam estar na plataforma e identificar parceiros de qualificação e formação empreendedora para compor o espaço destinado ao tema.
- ✓ Desempenhar o papel de advocacy para políticas públicas, além de ter a capacidade de mobilizar e articular os atores.
- ✓ Ser um espaço nacional de debates sobre formulação de políticas para capacitação empreendedora de quem já é ou deseja ser empresário.
- ✓ Organizar grupos de trabalho para acompanhamento do Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional.

Ainda a sra. Mariana comentou que existem bons cursos e projetos e novas metodologias para tratar do empreendedorismo, mas que nem sempre chegam ao empreendedor que está na ponta, ou seja, o ecossistema é rico, mas ele ainda não está completamente conectado ao empreendedor. Então é importante identificar, analisar e propor medidas para ampliar as oportunidades de capacitação das MPEs. A título de ilustração, ressaltou o impacto da capacitação na viabilização do microcrédito assistido e orientado.

Sr. Hélio Rodrigues observou que a grade curricular dos cursos de capacitação para as MPEs é feita de “cima para baixo” e na sua opinião o processo de definição desta grade deveria ser o inverso, por meio de consultas aos MEIs e MPEs, prospectando quais são os assuntos ou áreas que mais demandam conhecimento por parte dos empresários ou atendam, de forma mais prática, as necessidades dos seus negócios. Também falou sobre estimular o curso sobre empreendedorismo nas escolas públicas.

Sr. Adriano Seabra (MEMP) observou que na apresentação feita na reunião do CT7 sobre a Política Nacional há uma tela que menciona os principais problemas enfrentados pelas MPEs: dificuldade de acesso ao crédito, burocracia excessiva, dificuldade mercadológica, baixa competitividade e produtividade, acesso a novas tecnologias, necessidade de melhoria de gestão, os quais podem subsidiar ou orientar a questão do treinamento e capacitação. Sugeriu a elaboração de um levantamento dos principais cursos disponíveis de capacitação direcionados aos pequenos negócios e que se faça uma seleção daqueles cursos mais relevantes (poucos cursos, seis, por exemplo) com a definição de uma ementa mínima, uma grade a ser perseguida, bem como os respectivos atores responsáveis por cada um deles nas diferentes localidades do País. É importante discutir como o governo federal pode atuar para viabilizar a realização destes cursos em vários locais simultaneamente, como através de convênios ou de acordos de cooperação que possam eventualmente ser erigidos, sob a coordenação do CT5.

Sr. José Antônio Ramalho (Associação Brasileira de Franqueados) celebrou a importante participação do MEC na coordenação pública do CT5 e lembrou quem em 1962 foi criado o PNTE - Programa Nacional de Treinamento de Executivos e que naquela época foi feito um diagnóstico que levou o MEC e o Ministério do Trabalho a criarem o primeiro grande programa nacional de capacitação, chamado PIPMOI - Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial. Destacou como referência na obtenção de subsídios para o Fórum Permanente das MPEs, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) que é a principal pesquisa sobre empreendedorismo no mundo, identificando os fatores críticos que contribuem ou inibem a iniciativa empreendedora em diversos países. Informou que há no Brasil cerca de 51 milhões de pessoas com potencialidade de se tornar empreendedor e que aproximadamente 70% deste contingente têm poucos anos

de estudo, entre 3 a 4 anos de estudo, no máximo. Então, o grande desafio é como desenvolver as capacidades de competências empreendedoras deste público alvo com um nível de escolaridade muito baixo, considerados analfabetos funcionais. Entende que o problema é estrutural. Dados do MEC mostram que dos 27 milhões de alunos que se matriculam no primeiro grau, apenas 1,3 milhão chegam no ensino superior.

Sr. Aristides Mossambani comentou sobre a experiência da educação financeira para os alunos do nível médio do município de Sarandi-PR.

Sra. Daise Rosas (Rede Brasil Afroempreendedor - Reafro) informou que a Reafro trabalha com metodologia baseada em conceitos de Paulo Freire para atender o público da base da pirâmide social, que antes de chegar ao Sebrae, precisa ser qualificado, orientado. Falou que vem trabalhando com um processo de capacitação junto com o Sebrae. Mencionou o trabalho precário dos microempreendedores informais que geralmente não tem acesso a capacitação empreendedora. Este público precisa ter a capacitação empreendedora com uma linguagem acessível ao seu nível de conhecimento, alinhada com a metodologia de Paulo Freire, de “baixo para cima”. É preciso identificar quais são as palavras-chaves que conectam este público ao trabalho informal que realizam. A atuação da Reafro está focada no público negro, que representa 52% dos microempreendedores, segundo o Sebrae. Comentou a parceria da Reafro com o BNDES e com a Aipê – Aliança pela Inclusão Produtiva para incentivar o empreendedorismo urbano periférico que tem como objetivo aumentar a renda de nano e microempreendedores individuais em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sejam estes formalizados ou não, por meio do fortalecimento de seus negócios e capacidades empreendedoras.

Sr. Cid Pimentel (MEMP) expressou a vontade de trabalhar com as iniquidades, com as populações da floresta, os povos originários, as quebradoras de coco babaçu, as castanheiras, os coletores do açaí, educando e capacitando muitas destas pessoas que são analfabetas, usando a metodologia Paulo Freire, já enfatizada por outros participantes da reunião, o universo vocabular destas pessoas com o uso adequado das palavras-chaves que a Daise Rosas já falou.

Sr. Eduardo (Secretaria de Inclusão Socioeconômica - coordenação de apoio ao empreendedorismo - Ministério do Desenvolvimento Social – MDS) observou que o cadastro único - CadÚnico contempla 97 milhões de pessoas, das quais 55 milhões beneficiam-se do bolsa família, 13 milhões autodeclaram-se como potenciais empreendedores. Pesquisa do MDS junto ao Sebrae identificou 4,8 milhões de microempresas, sendo 30% do bolsa família. Comentou sobre a proposta de medida provisória que trata do Microcrédito Produtivo Orientado para pessoas inscritas no CadÚnico, no âmbito do Programa de Redução da Pobreza, cujas operações serão garantidas com recursos do Fundo Garantidor de Operações – FGO (citou que há uma previsão de destinação de até 1 bilhão de reais para o FGO garantir tais operações). A referida proposta de medida provisória prevê que o MDS pode subvencionar a contratação de agentes de crédito e estruturadores de negócio que prestarão assistência aos tomadores de crédito beneficiadas pelo Programa, por meio da elaboração de planos de negócios que contemplem critérios de sustentabilidade e efetividade dos empreendimentos. Observou que as ações do CT5 serão importantes para a capacitação empreendedora do público do CadÚnico.

Sr. Mauro Leônidas - Conselho Federal de Administração (CFA) – sugeriu a criação de um hub para concentrar todas as capacitações num único espaço em que o empreendedor possa acessar e lembrou as várias

experiências exitosas de educação empreendedora em municípios brasileiros que já foram apresentadas no CT5.

Sr. Ercílio Santinoni (Conampe) mencionou as reuniões do Gate (grupo de apoio técnico) nas quais os coordenadores dos comitês temáticos alinhavam as ações de cada CT, notadamente para dirimir o sombreamento dos trabalhos do Fórum Permanente. Recomendou a realização de reuniões mensais de grupos de trabalho dos CTs, durante um ou dois dias seguidos, para facilitar a participação dos representantes que residam fora de Brasília.

Sr. Pierry Teza sugeriu que os representantes do CT5 se reúnam mensalmente, dividindo a agenda de trabalho em temáticas específicas abordadas na reunião, como questões de currículo, ofertas de capacitação existentes (hub de cursos), empreendedorismo na escola e a questão do empreendedorismo versus inclusão, levantadas nesta reunião, além de outras a serem propostas pelos representantes do comitê. Propôs que, para cada um destes temas, seja proposto um conjunto de 5 a 10 medidas que possam ser implementadas ou entregues até o final do ano. Manifestou-se favorável à retomada do Gate (grupo de apoio técnico) citado pelo sr. Ercílio Santinoni. Solicitou fazer um levantamento das ações sobre formação e capacitação empreendedora das instituições que participam do CT5 e informou que vai prospectar, junto à secretaria executiva do MEC, as respectivas ações de todas as secretarias daquela pasta, como o Pronatec Empreendedor e o acordo de cooperação com o Sebrae. Aproveitando a ideia do sr. Mauro Leônidas, sugeriu a criação de um portal da formação empreendedora (ambiente único/hub de capacitação) que considere os perfis ou linguagens diferentes dos públicos que vão acessá-lo. Discorreu sobre os recursos financeiros e políticos necessários para a consecução de medidas/ações do CT5 e, neste sentido, seria importante pensar em uma estratégia de articulação política, por exemplo, com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Ressaltou que ao longo da história houve uma série de políticas públicas que tiveram grande investimento de recursos orçamentário, mas que tiveram resultado ruim por causa da má articulação política.

Sra. Mariana Rodrigues recomendou que, no levantamento das ações sobre formação e capacitação empreendedora das instituições que participam do CT5, sejam incluídos também os produtos que o próprio CT5 já criou, como o Capacita MEI, que eventualmente estejam subutilizados para que o comitê avalie e proponha melhorias destes produtos.

Sr. Maurício Juvenal fez uma reflexão sobre as principais ideias e sugestões de ações e encaminhamentos, apresentadas nesta reunião, que comporão a agenda de trabalho do CT5, e comentou que vai discutir, a princípio, com a equipe da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - SMEPP, qual é a melhor estratégia para viabilizar as entregas, de forma pragmática e efetiva, evitando-se que o “ótimo se torne inimigo do bom” e definindo como os trabalhos dos CTs serão sistematizados entre as reuniões quadrimestrais do Fórum Permanente. Reconheceu que as propostas de ações e de encaminhamentos apresentadas nesta reunião são necessárias e relevantes, porém não sabe se todas são plenamente exequíveis, diante das múltiplas atividades e responsabilidades laborais que todos têm no dia a dia e das limitações de toda ordem, não só orçamentária, mas falta de tempo e de colaboradores suficientes para atender o volume

significativo de demandas e de frentes de trabalho, etc. Observou que existem ações governamentais exitosas que se conectam com as iniciativas de formação e capacitação empreendedora, como, a título de ilustração, a atuação do BNDES para estimular o microcrédito produtivo orientado por meio da assistência técnica na ponta, que conta com o suporte de uma rede de OSCIPs e possivelmente de cooperativas de crédito, as quais monitoram, avaliam, orientam e capacitam os pequenos negócios beneficiados pelo microcrédito, bem como estabelecem ranking de resultados. Reforçou a importância de sistematizar na prática a atuação do Fórum Permanente e colocou o MEMP totalmente à disposição para fazer este trabalho em parceria e frisou que os coordenadores de cada um dos 7 comitês temáticos têm um papel preponderante e decisivo para que a sistematização aconteça na prática e com resultados positivos.

ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a serem tratados, o sr. Pierry Teza novamente agradeceu a oportunidade de ser indicado como coordenador governamental do CT5, solicitou o contínuo engajamento de todos nas importantes discussões do CT5 e encerrou a reunião.

ATA DE REUNIÃO

CT6 - Comitê Temático Microempreendedor Individual – MEI

DATA	HORÁRIO	LOCAL
28/03/2024	11:20h às 13:00 h	Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF.

A 1ª reunião do CT6, do ano de 2024, foi coordenada pela Sra. Ana Paula, em substituição a Coordenadora Pública representante da Diretoria do Microempreendedor Individual, bem como pelo Coordenador Privado, Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da CONAMPE.

O Sr. Ercílio comentou sobre o Projeto de Lei 108/ 2021, o qual está tramitando na Câmara dos Deputados e disse que acredita que o impasse para a aprovação do PLP não é quanto ao novo limite de 144 mil reais que está sendo proposto para o MEI, mas sim outras propostas de aumento do limite de enquadramento das microempresas e empresas de pequeno porte que certamente não serão apreciadas pela Casa.

Disse ainda que, o mais importante seria aumentar o limite entre as faixas do Simples, a exemplo disso relatou que a maioria das empresas estão na faixa de tributação de até 1,8 milhão.

Nesse sentido, ressaltou a importância em avançar nos seguintes tópicos:

- Analisar os termos da rampa de transição do MEI;
- Realizar campanha publicitária de conscientização do MEI para reduzir a inadimplência;
- Discutir a inclusão de novas atividades como enquadráveis no MEI; e
- Fazer uma nova Moção de Apoio para enquadrar atividades no MEI.

A Sra. Ana Paula lembrou que foi criado em 2014 o GT MEI, o qual era composto por representantes da Receita Federal, Sebrae e outros órgãos e tinha por objetivo avaliar os impactos das Políticas voltadas para os Microempreendedores Individuais, em especial no tocante à formalização, inclusão previdenciária e geração de renda e que o referido grupo de trabalho foi extinto em 2019 por meio do Decreto nº 9.759.

Disse ainda que, ao considerar a importância do GT MEI para o monitoramento das medidas de crescimento dos MEIs o CT6 pretende trabalhar para o seu reestabelecimento, eis que ele era responsável pela Gestão do Programa Microempreendedor Individual.

Na sequência apresentou as principais ações do CT6 para serem trabalhadas no ano de 2024:

- Ampliar a regulamentação dos contratos de parceria entre MEI e as prestadoras de serviços, atividades correlatas (moldes do salão parceiro);
- Fazer levantamento das atividades Prestadoras de Serviços;
- Reestabelecimento do Grupo de Trabalho responsável pela Gestão do Programa Microempreendedor Individual -GTMEI;
- Fortalecimento de Redes de Apoio ao MEI no âmbito das entidades representativas; e

Incluir no CT6 a inclusão do Autônomo e Economia Criativa.

A Sra. Helena Rego, representante do Sebrae, disse que em um universo de 18 milhões de MEIs 6% trabalham sob a forma de Pejotização e que no tocante a regulamentação dos Contratos de Salão Parceiro deve ter cautela naquilo que pode simplificar a vida do empreendedor.

Disse ainda que, em relação ao fortalecimento da Rede de Apoio ao MEI tem mais de 3 mil salas do empreendedor implantadas pelo Sebrae e em parceria com as Prefeituras e que é uma ferramenta pública que funciona extremamente bem para o MEI.

A Sra. Ana Paula sugeriu que o Sebrae faça um levantamento das ocupações que são passíveis de atuar nos moldes do Salão Parceiro, ou seja identificar o que precisa ser atualizado.

O Sr. Maurício Juvenal, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fez as seguintes ponderações quanto aos pontos que devem ser observados para o MEI:

- De que modo pode inserir o MEI em Cadeias Produtivas;
- Tratamento Diferenciado em Compras Governamentais; e
- Fiscalização Orientadora e Assistida para o MEI.

A Sra. Ana Paula agradeceu a presença dos participantes e ressaltou a importância do compromisso dos representantes do Fórum em contribuir com informações no sentido de reduzir a inadimplência dos MEIs.

Em seguida o Sr. Ercílio Santinoni encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos os participantes.

Ao final, o Sr. Mauricio Juvenal agradeceu a presença de todos que estiveram presentes durante os 03 dias de realização dos trabalhos do Fórum e disse que todas as reuniões trataram de temas muito enriquecedores para a construção de Políticas Públicas direcionadas para o MEI e as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.